



O Conceito Naturalista de Signo dos Escolásticos à Biossemiótica¹

João Guilherme Cunha e VALLO²

Francisco José Paoliello PIMENTA³

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO

A hipótese defendida nesta pesquisa é a de que o pensamento escolástico, em especial na figura do filósofo Santo Agostinho, representa um ponto de partida para a semiótica moderna. Sua síntese dos filósofos helênicos aponta para a possibilidade de que os signos sejam compreendidos como relações naturais, ainda que essas relações, à época, estivessem constrangidas pelos dogmas cristãos. Séculos mais tarde, os estudiosos do período racionalista abandonaram os trabalhos escolásticos em prol de uma agenda própria, divergindo sobre a natureza dos signos. Contudo, a releitura dos medievais feita hoje nos surpreende por se mostrar coincidente com modelos contemporâneos de signo, a despeito das interferências da religião em suas obras.

PALAVRAS-CHAVE: signo; escolástica; medieval; símbolo.

1 A HISTÓRIA DO SIGNO ENQUANTO SIGNO

A noção de signo (sêmeia) aparece em Aristóteles como um tipo de fundamento para os entimemas (ARISTÓTELES, 2005, p. 25). Sua abordagem é diferente da proposta por Agostinho, 800 anos depois, cujo raciocínio aponta para o signo como um elemento mínimo de significado (ROSIER-CATACH, 2000). Considerando isso, o uso

¹ Trabalho apresentado no IJ 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013.

² Mestrando da linha de Estética Redes e Tecnocultura do PPG do curso de Comunicação Social da UFJF, e-mail: jgvallo@hotmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor Doutor do Curso de Comunicação Social da UFJF, email: paoliello@acessa.com



da palavra por Aristóteles ainda não representa o início de um diálogo científico voltado para o entendimento dos signos, mas, tangencialmente, Aristóteles atacava o problema do fazer sentido enquanto buscava conhecer os processos da retórica. Fidalgo (1999) relembra que o início da semiótica também recebeu contribuição de Platão, em seu texto de título "Crátilo", cujo subtítulo é "sobre a justeza natural dos nomes". Também Sócrates, Hermógenes e Crátilo tentaram responder essa pergunta. A questão que está diante dos filósofos gregos citados é "as palavras nomeiam as coisas mercê de um acordo natural com os entes, ou, pelo contrário, a atribuição dos nomes é apenas fruto de uma convenção arbitrária?" (FIDALGO, 1999, p. 21). Aristóteles desvia-se desse debate, porque seu objetivo de estudo estava focado no uso da palavra como meio de convencimento. Como é explicitado em "Arte retórica" (ARISTÓTELES, 2005), o sentido semântico e as ideias expressas pelas palavras foram colocadas em segundo plano para que as tensões do discurso e as técnicas de persuasão fossem privilegiadas.

De acordo com a obra, a "Arte retórica", os enunciados que buscam o convencimento utilizam-se de entimemas que são tipos de argumentos em que há premissas subentendidas e são próprios de quem deseja causar efeito de prova (ARISTÓTELES, 2005, p. 34). Sobre os entimemas, o filósofo grego categorizou-os de duas formas: os abstraídos de premissas "comprováveis" (*eikos*) ou daquelas retiradas de signos (*sêmeia*); em outro momento, se apresentam divididos como: aqueles que baseiam-se em probabilidades ou exemplos (*tekmêria*), e os que se baseiam em signos (RAPP, 2010). Essas dicotomias apontam uma compreensão semântica de signo, em oposição à concretude dos efeitos lógicos produzidos por estruturas dedutivas (argumentos lógicos, por exemplo). Entretanto, para Aristóteles os *tekmêria* são subclasses de signos e a diferença dos signos pras demais classes é de que eles dependem da concordância de uma audiência. Esse seria o fundamento que estrutura o signo no contexto geral dos elementos de linguagem, estruturas lógicas capazes de persuadir, mas sem a mesma intensidade das provas-exemplo. Essa noção de signo deixa evidente algumas questões centrais para as ciências semióticas que se sucederam, a primeira é a ideia de signo como elemento do processo de interpretação e convencimento; a segunda, trata-se da natureza do signo em si, como um elemento "coringa", um *token*; e por fim, de que seu funcionamento depende de um acordo. Outra contribuição importante de Aristóteles para a semiótica é o conceito de *topos* ou *topoi*, que em tradução livre do latim significa "lugares" (RAPP, 2010). Amplamente aplicadas aos estudos modernos, as metáforas topológicas, que consideram o espaço



comunicativo como um ambiente ou uma geografia, descendem da noção aristotélica desses locais. Para Aristóteles, os topos compõem o contexto argumentativo de onde os articuladores, aqueles que pronunciam o discurso retórico, buscam os seus conteúdos (ARISTÓTELES, 2005). Esses “lugares-semióticos”, por sua vez, teriam seu espaço relativo aumentado com a proposta escolástica, a saber, de compreender a natureza como expressão sígnica da obra divina. A apologética acabou por apresentar, com certo ineditismo, um modelo de comunicação integrado à natureza, extrapolando assim os limites dos símbolos Aristotélicos.

2 SIMBOLISMO SEGUNDO O PENSAMENTO GREGO

Ao articular o conceito de signo em sua explicação sobre o funcionamento da retórica, Aristóteles trouxe essa palavra para o contexto da análise dos enunciados. Todavia, foi em "Da Interpretação" (*peri hermeneias*), que ele se aproximou mais da definição semiótica ao classificar palavras em geral como símbolos (QUEIROZ, 2007; SANTAELLA, 2000). Símbolos são colocados nesse contexto como os elementos que significam porque são resultado de um acordo a respeito do sentido que carregam. Esse modelo de símbolo, mais tarde remodelado pelos semioticistas, é expandido para significar não apenas as palavras, mas outros signos convencionais. Na semiótica pragmática, não apenas buscou-se expandir o sentido de símbolo além das palavras, como também amplia-se o conceito além das relações de convenção. É importante perceber que, apesar de relacionados, signo e símbolo têm uma história particular e o desenvolvimento de ambos os temas se deu de forma mais ou menos à parte (ECO, 2000; FIDALGO, 1999). Deste modo é possível falar em uma história do signo enquanto tal, antes de que esses conceitos fossem utilizados em uma mesma teoria. No caso da semiótica pragmática, símbolos são subclasses de signos (SANTAELLA, 2000).

Fidalgo (1999) considera que o modelo aristotélico serviu para complexificar o problema diante dos filósofos da antiguidade em maior grau do que teria respondido suas questões a respeito da capacidade de significar. A natureza do fenômeno, tido como próprio de convencionalidades, não explica qual a relação entre "as coisas e os estados de alma" (FIDALGO, 1999, p. 24), sequer explicita qual é o mecanismo de controle que faz essas "entidades psíquicas" serem percebidas como iguais entre pessoas diferentes. O autor acrescenta que apesar de não ter solucionado esses problemas, Aristóteles equacionou três conceitos explicativos: signos ou referentes, interpretantes



ou significados, e o elemento que convencionalmente se encontra atrelado aos outros dois caracteres do processo, um objeto no mundo natural. Segundo Fidalgo (1999): "este triângulo, ainda que com infindáveis variações terminológicas, continuará a alimentar a reflexão semiótica até aos nossos dias". Com efeito, essa sugestão de tríade permanece como um modelo possível.

3 A LEITURA DOS ESCOLÁSTICOS E O SURGIMENTO DOS SIGNOS NATURAIS

A obra dos filósofos gregos seria revisitada, quase um milênio após sua feitura, pelos pensadores da idade média (ECO, 1991; FAVAREAU, 2010; FIDALGO, 1999). Nesse contexto surge uma semiótica medieval desenvolvida majoritariamente por monges e autores ligados à igreja católica. Suas reflexões elaboradas, tratavam de costurar os dogmas cristãos ao pensamento helênico, em especial aproveitando-se do "mundo das ideias" descrito por Platão, como ponte de ligação entre duas realidades: o sagrado e o profano, o mundano e o divino (ECO, 1991). Sua obras já apresentavam debate acerca de signos, a sua natureza, função e classificação (HOLSINGER, 2005). As características básicas e formais da organização escolar do conhecimento passam pela tradição do comentário como metodologia (MEIER-OESER, 2011). A maior parte dos escritos ou são comentários explícitos sobre o que, em um momento, foi considerado um texto canônico (como por exemplo, as obras de Aristóteles) ou são, no mínimo, compostos com referência constante aos temas tratados nesses textos. Um segundo ponto é a prática comum de investir na análise conceitual dos termos básicos e noções. Assim, sempre que termos como "signo" (signum) ou "representação" (repraesentatio) apareceu nos textos comentados, autores escolásticos ou se sentiram obrigados a dar um relato explícito desses conceitos, ou pelo menos de serem capazes de se referir a algum lugar onde isso tenha sido feito. Em vista disso, a interpretação aristotélica sobre os signos convencionais e signos não convencionais (semeion, símbolos) e a definição de Agostinho de "signo sagrado" (signum sacro) tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento da semiótica (FAVAREAU 2010, MEIER-OESER, 2011).

Santo Agostinho vai aproveitar a articulação dos gregos para construir um modelo de simbolismo atrelado aos dogmas católicos. Por sua dedicação em compilar esses textos ele será reconhecido como "o autor da mais bem conseguida síntese do



saber do mundo antigo" (FIDALGO, 1999, p. 26). No campo da semiótica, Agostinho é responsável pelo surgimento do alegorismo (ECO, 2010), que é uma das expressões da Iconologia. O Alegorismo postula três níveis de sentido, do mesmo modo que a Iconologia: o primeiro, literal – ou histórico –, o segundo, moral ou – tropológico – e o último, místico ou anagógico (ECO, 2010; FIDALGO, 1999; HOLSINGER, 2005). Seus postulados seguem, do mesmo modo, esta lógica de três: primeiramente tudo é imagem, em um segundo momento, afirma que todas as imagens contêm discursos análogos; em seu postulado final afirma os discursos têm o mesmo objetivo: presentificar a existência de Deus. Agostinho, em "De Trinitate", classifica o Alegorismo sagrado como universal e estende seu sentido, inicialmente compreendido como o conteúdo das sagradas escrituras, para considerar os signos de "todas as obras do Criador" (ECO, 2010, HOLSINGER, 2005). Esta postura, que inclina-se contrariamente àqueles que defendem a primazia das palavras e dos signos convencionais, tornaria possível aos escolásticos a suposição de uma lógica dos sentidos natural, que considerasse a expressão divina na natureza como a presença da ação de signos.

Segundo Fidalgo a análise das alegorias de Agostinho é o "alicerce da mundividência do homem medieval pelo menos até ao século XVII" (1999, p. 26). O filósofo escolástico é notadamente dedicado as questões humanas pelo interesse nas questões religiosas, mas sua empreitada o leva a desenvolvimentos na filosofia, e na semiótica, que seriam contribuições marcantes para o crescimento dessas áreas. O feito de Agostinho faz com que ele seja reconhecido como o primeiro autor a apresentar uma "verdadeira teoria semiótica" (TODOROV, 1996, p. 19). Para este trabalho, o conceito mais importante a ser destacado da obra dos escolásticos é a noção de *signa naturalia* ("sinais naturais", em tradução livre). Segundo Agostinho, esse são os signos que "a despeito de minha intenção ou desejo de utilizá-los como signos, eles levam ao conhecimento de alguma outra coisa" (AGOSTINHO apud FAVAREAU, 2010, p. 8)⁴. Agostinho também chama esse tipo de sinal de "signa data", ou aquilo que é dado; o filósofo aponta para a forma como os seres vivos se transmutam para apresentar, do

⁴O autor refere-se a: "Augustine of Hippo (387/1975). **De dialectica**. In: J. Pinborg (Ed.) translation with introd. And notes by B. Darrel Jackson, Dordrecht: Reidel". E também: "Augustine of Hippo (389/1963). **De Doctrina Christiana**. In: W. M. Green (Ed.) Sancti Augustini Opera. Vienna: CSEL 80. Cited in Meir-Oeser (2003)". Destes, "A Doutrina Cristã" está disponível em português pela Paulus editora (2002, 288 p.).



modo que lhes é possível naturalmente, os seus sentimentos, suas percepções e seus pensamentos.

4 ILUMINISMO E O DESAPARECIMENTO DO SIGNA NATURALIA

Com a expansão do pensamento racionalista, durante a ilustração europeia, os ensinamentos gregos e também sua interpretação pelos escolásticos foram colocados em segundo plano em prol de uma agenda independente (FAVAREAU, 2010). O filósofo francês René Descartes propõe o Cogito, expressão do pensamento centrado no humano e máxima que marca uma postura de negação ao passado do conhecimento (FAVAREAU, 2010). Submetendo a condição de existência ao pensamento, ao ato de racionalizar a vida, Descartes reafirma o ideal de uma ciência que busca o momento presente e o referencial humano. É durante os séculos XVII e XVIII que a ideia de uma "semiótica da natureza" deixa de ser possível, porque seria considerado absurdo retomar os estudos escolásticos, onde essas ideias tinham aparecido até então. A metodologia científica, em si, remodela-se, passando de um modo mais "dedutivo" para um método mais "indutivo". Antes de Descartes propor a cisão entre mente e corpo, Francis Bacon, que havia herdado um conhecimento que Favareau (2010) considera "empobrecido" das relações signicas, elabora novas diretrizes para o que ele imaginava ser o caminho científico por excelência:

The model of the scientific project that we have inherited today descends in a fairly straight line from the experimentalist instrument of Francis Bacon's *Novum Organon* – an historically situated rejection of what had served as the primary “instrument of logic” and investigation about the natural world for the medieval scholastics: Aristotle's six books on logic known collectively as the *Organon*. (FAVAREAU, 2010, p. 9, tradução nossa)

Trinta anos após a morte de Bacon, o termo semiótica consolida-se quando John Locke (1632-1704), em sua obra "Essay on human understanding", de 1690, refere-se a uma "doutrina dos signos" com o nome de "semeiotiké", também através da contribuição de "Johann Heinrich Lambert (1728-1777) que, em 1764, foi um dos primeiros filósofos a escrever um tratado específico intitulado "semiotik" (NÖTH, 1995, p.18). Contudo, Nöth relembra que os primeiros usos da palavra remetem os



estudos do médico grego Galeno de Pérgamo (139-199); Galeno incluía a diagnóstica como sendo "a parte semiótica (*semeiotikón méros*) da medicina" (1995, p.19).

A semiótica do séc. XVI é a semiótica embuida dos valores que motivaram Bacon a escrever sua obra *Novum Organon*: a recusa do passado, a busca por um entendimento centrado no homem. Como evidência disso, nota-se que a referência que Bacon faz a Aristóteles ignora seus textos sobre natureza e biologia e privilegia a definição de símbolo, fazendo com que as relações simbólicas sejam vistas como paradigma para o fenômeno do fazer sentido (FAVAREAU, 2010). O pensamento medieval não é capaz de pronunciar-se neste cenário tomado pelo evitamento da ciência cristã; seus conceitos ficam em obliúvio, entre eles o que Deely (1990) considera como o mais relevante para projeto da biossemiótica (quatro séculos depois), a saber, o de que o signo é, acima de tudo, uma relação. Tais relações já eram compreendidas, com algum grau de consenso, como fenômenos genuinamente existentes no mundo real. Como um exemplo prático, ainda que demasiado concreto, poderíamos citar as fórmulas matemáticas que têm o fim de descrever o comportamento de elementos químicos; aqueles números e símbolos criam relações entre si (de adição, subtração, etc.), mas essas relações representam relações análogas na experiência com os reagentes, ou não seria possível, através das fórmulas, prever o comportamento destes. A percepção de signos como relações nos aponta para uma lógica compartilhada entre linguagem e seus referentes. Neste sentido, a relação está tanto na fórmula como nos reagentes, trata-se da mesma, ou pelo menos, de uma relação capaz de comunicar, de modo razoavelmente controlado, sua identidade a uma outra relação.

5 A RELEITURA DO SIGNO NATURAL NOS MODELOS RELACIONAIS

O modelo relacional nunca poderia ser explicado reduzindo-o às propriedades de qualquer um dos (ou até mesmo à soma bruta de) sua "*relata* material componente" (FAVAREAU, 2010, p. 17). Em vez disso, e como esses pensadores da idade média tardia tinham percebido, sua característica própria e expressividade é uma correspondência com um estado verificável de coisas existentes no mundo, que relacionam-se com dois ou mais corpos materiais ou apresentam configurações de energia em suas interações um com os outros, "seja *causalmente pela ação da natureza* (por exemplo, a gravidade, e solubilidade em física) ou *convencionalmente pela cultura* (por exemplo, a hierarquia política e status social)" (FAVAREAU, 2010, p. 17, tradução



nossa, grifo do autor). Superado o pensamento moderno e vencida a virada do século XX, biossemióticos como Barbieri (2003) e Hoffmeyer (1996) vão apontar que essas genuínas relações causais de "tomar o controle" ("*holding over*", FAVAREAU, 2010, p. 18) de dois ou mais fenômenos podem ser, e muitas vezes são, "*convencionalmente naturais* (por exemplo, o código genético)". Fica evidente na história do conhecimento, em especial no período em que o racionalismo deteve a hegemonia da produção do saber, que as convenções materializadas no meio natural foram vistas como causalidades e o convencional, em essência, visto como exclusividade humana. A noção de signo implicada nesse tempo foi retificada durante o período moderno, e a inauguração dessa reformulação se dá com Edmund Husserl (1859-1938) e sua teoria fenomenológica dos signos e significados. Surgem também as contribuições de Charles Sanders Peirce (1839-1914), visto como uma das maiores figuras deste período e fundador da teoria moderna dos signos (NÖTH, 1996).

É a superação do pensamento de Descartes e a leitura atenta e crítica de Kant que permite a Peirce questionar o modelo racionalista. Desenvolve-se a partir desse momento uma arquitetura semiótica capaz de demonstrar a natureza relacional dos signos e é essa mudança que culmina nas pesquisas em biossemiótica do séc. XXI. O *signa naturalia*, outrora “prova” da existência divina para os escolásticos, serviram como modelo inspirador de um pensamento científico atento para a capacidade das coisas do mundo de se fazerem presentes em processos de comunicação não verbais. Esses processos apresentam-se como uma rede de relações; é sobre os nós e retas dessa rede que debruçamos, nossos esforços científicos buscam elucidar os *topos* ocupados pela comunicação entre seres vivos em geral, sua capacidade de interagir entre si e com o mundo que os cerca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de signo em Aristóteles foi fundamental para a leitura feita por Agostinho. O escolástico aproveita-se das categorias do filósofo helênico para construir seu modelo universal de signos sacros, ou divinos. Tudo “significa” porque todos os signos, em última instância, são indicadores da presença de Deus. Sua abordagem filosófica do ato de fazer sentido naturaliza o efeito desses signos e os desvincula, com certo ineditismo, de formas verbais. Retoma-se também a discussão do papel das convencionalidades nas representações, questão que mostrar-se-ia central nos debates



modernos em semiótica. Abandonado pelos filósofos cartesianos, Agostinho tornou-se um curioso exemplo arcaico de uma forma contemporânea de entender o fenômeno da comunicação. Para a semiótica pragmática, amplamente aplicada à biossemiótica e aos estudos do século XX em diante, a naturalização do ato de fazer sentido é peça chave do arcabouço teórico que a fundamenta. A empreitada dos medievais não deixa de ser útil para a compreensão da história da semiótica enquanto um campo interdisciplinar importante para a discussão de problemas comunicacionais.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. 17^a ed. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

BARBIERI, Marcello. **The Organic Codes: an introduction to semantic biology**. New York: Cambridge University Press, 2003.

DEELY, John. **Semiótica Básica**. São Paulo: Ática, 1990.

ECO, Umberto. **Arte e Beleza na Estética Medieval**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____, MARMO, C. **On the Medieval Theory of Signs**. Shona Kelly (Trans). Amsterdam: Benjamins, 2000.

ECO, Umberto. **Tratado Geral de Semiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

FIDALGO, Antônio. **Semiótica Geral**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1999.

HOLSINGER, B. **The pre-modern condition: medievalism and the making of theory**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

MEIER-OESER, Stephan. Medieval Semiotics. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Jun. 21, 2011, Edward N. Zalta (ed.).
Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/semiotics-medieval/>>.
Acesso em: 29/02/2013.

NÖTH, Winfried. **A semiótica no século XX**. São Paulo: Annablume, 1996.



_____. **Panorama da Semiótica**: de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1995.

QUEIROZ, João. Classificações de signos de C.S.Peirce : de *On the Logic of Science* ao Syllabus of Certain Topics of Logic □ **Trans/Form/Ação online**. 2007, vol. 30, n. 2, pp. 179-195. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a12v30n2.pdf>>. Acesso em: 20/03/2013

RAPP, Christof. Aristotle's Rhetoric. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Mar. 2010, Edward N. Zalta (ed.)
Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2010/entries/aristotle-rhetoric/>>. Acesso em: 29/02/2013.

ROSIER-CATACH, Irène. Aristotle and Augustine: two models of occidental medieval semantics, In: **Signs and Signification**, vol. 2, ed. H. Singh Gill and G. Manetti, New Delhi: Bahri, 2000, pp. 41–62.

SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos**. Como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Editora Pioneira, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **Teorias do Símbolo**. Campinas: Papyrus, 1996.